

CONTRIBUIÇÕES SOBRE O CONCEITO DE “POPULISMO” E SUA UTILIZAÇÃO PARA A ANÁLISE DE MONTES CLAROS NA DÉCADA DE 1980

*Ilva Ruas de Abreu**
*Daniel Ferreira Coelho***

Resumo: O fim do regime civil-militar e a ascensão do PMDB como o maior partido do país provocou significativas alterações no contexto partidário brasileiro e essas também se refletiram em Montes Claros (MG). Apesar desse novo cenário que se delineava, houve também continuidades que são fundamentais para a compreensão deste momento e de suas consequências. O presente artigo buscará demonstrar como o mandato municipal 1983-1989 utilizou-se de recursos do governo federal, inclusive quando ainda estava sob a gestão militar, para desenvolver relações populistas, bem como demonstrar de que forma neste se entende o que vem a ser “populismo” a partir de uma releitura sobre este tema demonstrando como é heterogêneo e possibilita múltiplas leituras, e por fim optará por qual ótica julga apropriado enquadrar o caso de Montes Claros (MG) durante o mandato acima citado.

Palavras-chave: populismo, política, regime civil-militar

* Economista, doutora em História pela UFMG, coordenadora do programa de pós graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros.

** Sociólogo, Mestre em História pelo programa de pós graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros, Professor e Coordenador do Núcleo de Educação a Distância das Faculdades Santo Agostinho.

CONTRIBUTIONS ON THE CONCEPT OF “POPULISM” AND ITS USE TO MONTES CLAROS ANALYSIS IN THE 1980S

Abstract: The end of the civil-military regime and the rise of the PMDB as the country’s largest party caused significant changes in the Brazilian party context and these were also reflected in Montes Claros (MG). Despite this new scenario that outlined, there were also continuities that are fundamental to understanding this moment and its consequences. This article will seek to demonstrate how the municipal mandate 1983-1989 was used resources of the federal government, even when it was still under military management, to develop populist relations and demonstrate how this is meant what becomes “populism” from a new reading on this topic showing how heterogeneous and allows multiple readings, and finally opt for which optical deem appropriate frame the case of Montes Claros (MG) during the term mentioned above.

Keywords: populism, politics, civil-military regime

APORTES SOBRE EL CONCEPTO DE “POPULISMO” Y SU USO PARA EL ANÁLISIS DE MONTES CLAROS, EN LA DÉCADA DE 1980

Resumen: El fin del régimen cívico-militar y el aumento del PMDB como partido más grande del país provocó cambios significativos en el contexto del partido de Brasil y estos también se reflejaron en Montes Claros (MG). A pesar de este nuevo escenario que se indica, también hubo continuidades que son fundamentales para la comprensión de este momento y sus consecuencias. En este artículo se tratará de demostrar cómo se utiliza el mandato municipal desde 1983 hasta 1989 los recursos del gobierno federal, aun cuando todavía estaba bajo administración militar, para el desarrollo de las relaciones populistas y demostrar cómo se entiende lo que se hace “populismo “ de una nueva lectura sobre este tema muestra cómo heterogénea y permite múltiples lecturas, y finalmente optar por la que consideren óptica marco apropiado el caso de Montes Claros (MG) durante el plazo antes mencionado.

Palabras clave: populismo, política, régimen cívico-militar

O fim do regime civil-militar e a ascensão do PMDB como o maior partido do país provocou significativas alterações no contexto partidário brasileiro e essas também se refletiram em Montes Claros (MG). Apesar desse novo cenário que se delineava, houve também continuidades que são fundamentais para a compreensão deste momento e de suas consequências.

O governo municipal de Montes Claros eleito em 1982 procurou ter bom entrosamento com o governo federal desde o seu início, portanto, ainda sob a gestão pedessista obteve a liberação de significativos recursos especialmente através do Programa Cidades de Porte Médio. Com esses recursos em mãos, a administração introduziu novos mecanismos de gestão, com ênfase no diálogo direto com a população, especialmente em bairros periféricos. Programas como o “Converse com o Prefeito” e o “Projeto Mutirão” são exemplares nesse sentido.

Esse *modus operandi* permanece na atuação da administração municipal no restante do mandato, durante a segunda metade da década de 1980, o que leva a um debate acerca da conceituação dessa prática. A esse respeito, um conceito que vem mente quando nos deparamos com práticas como as já vistas em relação aos recursos do Programa Cidades de Porte Médio é o de “populismo”, inclusive autores como Evelina Oliveira (2000) e Marcelo Ferreira (2002) entendem que certas atitudes do prefeito pemedebista se enquadram no contexto de lideranças populistas.

Este, porém, é um conceito amplo e controverso que suscitou intensas polêmicas no universo acadêmico, o que torna imperativo uma revisão, de modo a definir se o caso montes-clarense se enquadra nessa categoria.

Primeiramente, é importante destacar que, apesar de esse conceito ser muito citado para identificar políticos e práticas latino-americanas, outros autores de outros continentes também o usaram dentro de sua visão política. Lênin, por exemplo, utilizava esse termo para designar uma corrente pequeno-burguesa do movimento popular russo, nas décadas de 1860 e 1870, que, apesar de autoproclamada como socialista, não via o proletariado como a principal força revolucionária e também não acreditava nas massas populares enquanto construtoras da história. Tal corrente no fim se desvincula do movimento e se concilia ao czarismo russo. (LENIN,1979)

Outro europeu que discutiu o assunto foi o italiano Norberto Bobbio, que concluiu ser este um conceito impreciso, ambíguo, confuso e contraditório. (BOBBIO, et al. 1986)

Apesar de este termo ter sido utilizado em outras realidades, é na América Latina que ele irá se desenvolver, e será objeto de reflexão, mais precisamente no debate teórico feito no Brasil, que muito contribuiu para o seu desenvolvimento. Atualmente, o populismo enquanto conceito é amplamente utilizado pelas ciências sociais, embora haja críticas que o considerem “consolidado por uma certa sociologia paulista”, mesmo reconhecendo que ele é de “grande impacto nas ciências humanas e na política brasileira”. (AARÃO REIS, 2007)

Essa referência ao Estado de São Paulo é fundamental para se entender o desenvolvimento desse conceito, que de fato começa a ser objeto de investigação a partir desse estado e da sua política regional. (GOMES, 2001) É em território paulista que, em 1953, um grupo de estudiosos cria o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), que desde o seu primeiro ano começa a publicar o periódico “Cadernos do Nosso Tempo”, se debruçando sobre o surgimento do populismo na política brasileira, desde o primeiro momento. O artigo “Que é o Ademarismo?”, de autor não identificado, publicado por essa revista, é considerado pioneiro na discussão conceitual brasileira. (GOMES, 2001, p.33)

O artigo estabelece as bases que nortearam o debate conceitual sobre o populismo, ao alinhar o político paulista Adhemar de Barros a práticas clientelistas e personalistas, porém sem maior esforço de teorização e classificação acerca dessas características. (GOMES, 2001) Reconhece-se em relação à obra o feito de ter apontado para os três elementos constitutivos do populismo, e estes foram utilizados por boa parte daqueles que empreenderam o esforço de aprofundar e de buscar teorizar o conceito. (GOMES, 2001)

O primeiro elemento é que o populismo é, antes de mais nada, um fenômeno de massas “vinculado à proletarização dos trabalhadores na sociedade complexa moderna” e de tal forma era “indicativo de que tais trabalhadores não adquiriram consciência e sentimento de classe: não estão organizados e participando da polí-

tica como classe”. (GOMES, 2001, p.34) O segundo diz respeito à classe dirigente que perde, nos momentos de expansão do populismo, de certa maneira, a sua representatividade e poder. (GOMES, 2001) E, por fim, o terceiro elemento preconiza que a junção dos dois primeiros cria as condições que permitem o surgimento de um líder carismático que mobiliza essas massas sem consciência de classe, e exerce o poder perdido pelos dirigentes anteriores. (GOMES, 2001)

Embora não fosse a pretensão do autor, a identificação desses três elementos estabelecem um diálogo com o conceito de Gramsci, de crise de representação da classe dirigente. Inclusive o próprio Gramsci o analisa sob o viés de uma liderança personalista, e demonstra também que esse exercício já havia sido feito por Nicolau Maquiavel, cinco séculos antes. A principal diferença é que, para os dois autores italianos, o “príncipe” poderia ser de fato um homem que ascende por sua política personalista, mas também poderia ser um partido político. (GRAMSCI, 1976)

Para se traduzir em linguagem política moderna a noção de “príncipe”, da forma como ela se apresenta no livro de Maquiavel, seria necessário fazer uma série de distinções: “Príncipe” poderia ser um chefe de Estado, um chefe de governo, mas também um líder político que pretende conquistar um Estado ou fundar um novo tipo de Estado; nesse sentido, em linguagem moderna, a tradução de “Príncipe” poderia ser “partido político”. (GRAMSCI, 1976, p.102).

Portanto, se fossem analisados apenas esses três elementos, ficaria claro o enquadramento da situação de Montes Claros nessa categoria analítica, visão inclusive defendida por autores (não apenas por esses três elementos) como Oliveira (2000) e Ferreira(2002). Contudo, da forma como exposto, fica claro que, nesse momento, houve pouca inovação conceitual – pelo contrário, houve uma apropriação com a recontextualização do cenário paulista do século XX. No entanto, tal referência não fica, e nem ficará, explícita, apesar do reconhecimento de certa inspiração marxista. (GOMES, 2001)

Talvez a principal novidade seria exatamente uma das principais controvérsias que se encontra nesse conceito, que é a questão valorativa, que estará bastante presente, especialmente nos embates políticos que, muitas vezes, nele inserem uma carga fortemente pejorativa. (GOMES, 2001)

Depois do desenvolvimento teórico do termo, a partir de São Paulo, o populismo foi estabelecido especialmente nos debates políticos que ocorreram no interior da sociedade. O termo foi cunhado para designar um político enganador, pois “são populistas os políticos que enganam o povo com promessas nunca cumpridas”, ou que se utilizam a “retórica fácil com a falta de caráter em nome de interesses pessoais”. (GOMES, 2001, p. 31)

Essa valoração atendia a um interesse concreto da elite paulista, que via em Getúlio Vargas o arquétipo do populista, e do seu governo, principalmente, a partir de 1950, como exemplar de “democracia populista”. Dessa forma, as categorias utilizadas para analisar o ademarismo foram atualizadas e transportadas para o getulismo, e a conclusão era de que a ascensão do líder populista era, portanto, a prova definitiva de que o “o povo não sabe votar, ou em versão mais otimista, ainda não aprendeu a votar”. (GOMES, 2001, p.32)

Com efeito, o resultado concreto da capilarização dessa ideia no interior da sociedade foi o crescimento gradual de perspectivas que apregoavam ser razoável suprimir o voto, pela justificativa de que o povo não sabe votar. Esse crescimento possibilitou, inclusive, a derrubada do regime democrático em 1964, em nome da “boa política”. (GOMES, 2001, p. 32)

A análise do populismo, nesse momento, estava inserida em um processo nacional mais amplo, que se convencionou determinar de nacional desenvolvimentismo, em que o Brasil realizava a transição de uma economia de base agrário-exportadora para uma de base urbano-industrial, fazendo com que o populismo fosse um epifenômeno desta. (FERREIRA, 2001)

É a partir desse ponto que novos autores que se agrupam em torno desse tema, naquela que é conhecida como a primeira geração; dentre eles, destaca-se o professor da Universidade de São Paulo, Otávio Ianni ao afirmar que

por um lado há o surgimento de populações recém-chegadas do mundo rural que não dispõem de condições psicossociais ou horizonte cultural para um adequado comportamento urbano e democrático, por outro, a sociedade carece de instituições políticas sólidas, a exemplo de um sistema partidário. (IANNI, 1989, p. 56)

Ianni, com esse entendimento, transforma o conceito em algo quase universal, como uma categoria não apenas brasileira ou latino-americana, mas como um aspecto inerente a uma fase intermediária de transformação capitalista. (IANNI, 1989) Essa fase intermediária que, no caso brasileiro, se inicia em 1945, com o fim do Estado Novo, e termina, conforme Ianni (1989), com a eclosão do golpe de 1964, que é inclusive o resultado do esgotamento desse modelo.

Jorge Ferreira (2001) resume a forma como a primeira geração conceituou o populismo, da seguinte maneira:

o populismo ocorreu, sobretudo, a partir de 1945, pois com o fim do Estado Novo o país conheceu, no plano político, um mínimo de probidade nas eleições e, no plano econômico, uma industrialização mais consistente. Assim, o populismo, como uma ideologia pequeno-burguesa, procurou mobilizar politicamente “as massas” nos períodos iniciais da industrialização. Além disso, os assalariados não apresentavam a “consciência de classe” que caracterizava os trabalhadores providos de longas tradições de lutas, uma vez que as classes sociais ainda não tinham se configurado. Resumindo, a classe trabalhadora apresentava-se como “povo em estado embrionário”. São trabalhadores com escasso “treino partidário” e “tímida consciência de direitos”, o que os tornava “incapazes” de exercer influência sobre os políticos populistas. (FERREIRA, 2001, p. 69)

Essa análise pode também ser transportada ao caso de Montes Claros na década de 1980, pois, apesar de ter sido em outro momento, a cidade teve essa transição intensificada nas décadas de 1960 e 1970, devido ao advento da Sudene. (OLIVEIRA, 1996)

E esse entendimento também se manteve na denominada segunda geração de autores que se debruçaram sobre o tema populismo, avançando sobre alguns pontos críticos, como esse caráter universal, mas mantendo certas premissas. O principal expoente dessa nova geração é Francisco Weffort, e sua principal obra é “O populismo na política brasileira” escrita para compor a revista *Lestempsmodernes*, à época dirigida pelo filósofo francês Jean Paul Sartre. (GOMES, 2001)

O primeiro questionamento levantado pela nova geração era no sentido se afirmar que essa nova classe operária urbana poderia sim ser agente da história, indo contra a perspectiva de Ianni, mas entendendo que ela possuía apenas certo grau de independência política. (WEFFORT, 1989)

Dessa forma, era necessário um “Estado de Compromisso” entre a liderança populista e as massas, consolidando, portanto, um estilo de governo atrelado a uma política de massas. (WEFFORT, 1989) Neste íterim, fica evidente, mais uma vez, a inspiração gramsciana nesse conceito de “Estado de Compromisso”, conforme demonstra Gomes (2001):

Numa perspectiva teórica de sabor gramsciano, o autor proporá o conceito, que terá largo trânsito, de Estado de compromisso, que é também um Estado de massas. Ou seja, a idéia do compromisso remeteria a duas frentes que estabeleceriam, ao mesmo tempo, seus limites e potencialidades. Um compromisso junto aos grupos dominantes, consagrando um equilíbrio instável e abrindo espaço para a emergência do poder pessoal do líder que passa a se confundir com o Estado como instituição; e um compromisso entre o Estado/Príncipe e as classes populares, que passam a integrar, de forma subordinada, o cenário político nacional. Estilo de governo e política de massas integrando o núcleo do que seria o populismo da política brasileira. (GOMES, 2001, p. 38)

É sob esse cenário que se apresenta a tríade que constituirá na ideia central de Weffort, que o sucesso do populismo se deve à repressão estatal, manipulação política e satisfação de algumas demandas da classe trabalhadora, reforçando a ideia do compromisso e instituindo o estabelecimento do chamado pacto populista, que era a visão de que os trabalhadores, devido a tal satisfação, aceitariam a submissão política ao líder. (WEFFORT, 1989)

Essa visão continha uma crítica clara não somente aos líderes populistas, mas também à incapacidade da classe trabalhadora de desenvolver sua consciência de classe, devido ao atendimento de algumas demandas secundárias. (WEFFORT, 1989) De tal modo, há um retorno à visão da antiga geração que retira da classe operária a capacidade de criar a história, pois, nessa visão, “os setores populares não são concebidos como atores/sujeitos (...) mas sim como destinatários/objetos”, portanto, as massas estariam sendo efetivamente “enganadas ou ao menos desviadas de uma opção consciente”. (GOMES, 2001, p.39)

Essa crítica a classe trabalhadora é implicitamente voltada àqueles que deveriam dirigi-la, ou seja, o movimento sindical.

A partir dessa premissa desenvolveu-se a chamada teoria do cupulismo, que explicaria o porquê da passividade da classe trabalhadora frente à liderança populista.

A teoria cupulista afirma que os trabalhadores teriam sido “refêns das políticas ditadas pelas suas lideranças” que ou eram pelegas, isto é, ligadas ao regime varguista e ao PTB, ou eram dos partidos comunistas que cometiam o erro de se aliar aos sindicatos petebistas. (COSTA, 1999, p. 90) Essa teoria cupulista explicaria também a incapacidade do movimento sindical em resistir ao golpe militar de 1964. (FERREIRA, 2001)

Outra ideia que também será esposada por vários autores que defendem o ideário clássico do populismo, isto é, norteados pelas teorias dos autores da primeira e segunda geração, será a do caráter messiânico do líder populista.

A filósofa Marilena Chauí (1994), também oriunda da Universidade de São Paulo, analisa que o populismo possui suas origens em raízes “teológico-políticas”, em que “há uma relação de feedback entre mitologia e sociedade, sociedade e mitologia”. (CHAUÍ, 1994, p. 27) Pode-se afirmar que no populismo há necessariamente uma relação em que existem um ser superior (o líder populista) e um inferior (o povo), o que cria uma relação de eminente “obediência” entre eles, tal qual na perspectiva teológica. (CHAUÍ, 1994, p.27)

Para esta autora o populismo, portanto, teria seis características fundamentais; 1) trata-se de um poder sem mediações políticas; 2) existe uma relação de tutela; 3) caracteriza-se por um poder transcendental; 4) ocorre a dominação carismática nos moldes tipológicos weberianos; 5) exerce-se esse poder de modo autocrático; 6) “sendo despótico, teológico e autocrático, o poder populista é uma forma de autoritarismo”. (CHAUÍ, 1994, p. 20)

A clássica teoria do populismo brasileiro, em suas duas gerações e em vários de seus adeptos, preconiza, em maior ou menor medida, que este foi possível somente devido à existência de uma classe operária passiva, em um determinado período histórico, ou seja, entre 1945 e 1964, desarticulada e tutelada pelo Estado, devido à satisfação de algumas demandas pontuais. Essa ideia encontrará inúmeros seguidores no meio acadêmico, como já visto, mas que também será duramente criticada nesse mesmo ambiente. (GOMES 2001)

Uma das primeiras críticas que atingiu a credibilidade desse conceito foi a falta de precisão, pois a partir de tais premissas essa categoria abrangeu lideranças das

mais variadas matrizes ideológicas, já que políticos tão diferentes entre si como Getúlio Vargas e Jânio Quadros foram definidos como populistas. (GOMES, 2001)

Além disso, a flexibilidade do termo possibilitou o seu transporte a outros períodos históricos, como já visto. Por exemplo, Evelina Oliveira (2000) e Marcelo Ferreira (2002) o fizeram no caso montes-clarense da década de 1980, utilizando as demais premissas de Ianni e Weffort, e também como na obra de Saes (1994) que preconiza a “reemergência do populismo” no Brasil durante a década de 1990. (GOMES, 2001, p. 46)

Entretanto, este não seria o principal problema em relação a esse conceito, pois transportar um conceito para outros momentos históricos é um exercício de reavivá-lo, de oxigená-lo. De outro modo, o principal problema do conceito populismo é a condição *sinequa non* da existência de um povo apático, passivo e manipulado, que não possui papel ativo no desenvolvimento da história. Essa crítica, sim, possui maior consistência, e se intensifica a partir das discussões acadêmicas na década de 1980, envoltas em uma nova inspiração marxista encontrada principalmente na obra do autor inglês Edward P. Thompson. (GOMES, 2001)

Da mesma forma Oliveira (2000) e Ferreira (2002) utilizaram dessa condição para considerar o caso de Montes Claros enquanto exemplo de populismo. A referência de ambos às obras de Ianni e Weffort também se expressa na maneira como que analisam a participação popular. Em Oliveira (2000) a referência se dá quando esta autora afirma que

a organização do poder no Norte de Minas inibe, pelo autoritarismo oligárquico, pela política dos coronéis e ainda através de lideranças populistas, a expressão dos interesses populares. (OLIVEIRA, 2000, p. 127)

Já Ferreira (2002) afirma explicitamente se embasar nos “referenciais teóricos” de Ianni e Weffort para buscar compreender a realidade montes-clarense “a partir do final da década de 1970”. (FERREIRA, 2002, p. 12)

A evolução desses elementos nos permite identificar um terceiro na configuração das relações políticas em Montes Claros, isto a partir do final da década de 1970: a participação dos setores populares nos negócios públicos via políticas sociais, que se convencionou chamar no Brasil de “populismo”.

O termo “populismo” nos permite abordá-lo de várias formas. A primeira é a sua construção como elemento que surge nos períodos de crise política e econômica, no qual o pacto social/político e a emergência das massas urbanas requerem um novo tipo de liderança, pautada no indivíduo dotado de qualidades de oratória capaz de seduzir as massas e, ao mesmo tempo, controlá-las. Essa análise (...) tem como referenciais teóricos básicos as obras de Octávio Ianni e Francisco Corrêa Weffort. (FERREIRA, 2002, p. 11-12)

O grave problema da perspectiva clássica é que ela, inspirada em certo marxismo, invoca uma visão teleológica da classe trabalhadora que, de modo determinista, teria um caminho natural a seguir, a partir do desenvolvimento da consciência de classe. Tal caminho seria objetivamente a busca pela revolução socialista, e qualquer coisa diferente disso seria um desvio (inaceitável para muitos desses marxistas) desse caminho. (FERREIRA, 2001)

Portanto, a manipulação ocorria na medida em que o povo era desviado desse caminho, e envolto em novas perspectivas, pelo simples atendimento, ou satisfação, na ótica de Weffort (1989), de determinadas demandas materiais, como, por exemplo, os direitos trabalhistas garantidos na era Vargas. (FERREIRA, 2001)

O debate apresentado por Thompson vem para desmitificar esse suposto caminho natural e apresentar como os aspectos do vivido, isto é, a experiência de homens e mulheres que vinham “de baixo” também era fruto de ações conscientes de sujeitos ativos que interferiam nos seus destinos. (THOMPSON, 1981)
Desse modo Thompson afirma em relação à experiência que

os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo [experiência] – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p. 182)

Neste quadro, Thompson critica durante a validade do marxismo estruturalista, que vê apenas no aspecto estrutural o que determinava as condutas da classe operária, e vê na experiência, e conseqüentemente na cultura, outras maneiras de atingir sua consciência. (THOMPSON, 1981)

Dessa forma, a classe operária possuía uma racionalidade em seus movimentos, se tornando sujeito ativo da história, e desenvolvendo suas estratégias de modo a atingir seus objetivos, retirando, de certa forma, o aspecto manipulador dessa relação com a elite. (THOMPSON, 1987)

Quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus (THOMPSON, 1987, p. 9)

Todavia essas estratégias se davam em um contexto de força desigual. Portanto, havia momentos de avanço e momentos de recuo, mas em ambas as situações eles ocorriam devido a uma clara compreensão estratégica, que não era fruto de teorização mas sim do efetivamente vivido, que era para o autor nada mais que a luta de classes. (THOMPSON, 1987) Então, para esse autor não era a consciência que precedia a luta de classes, mas sim o contrário, e nesta a classe trabalhadora atuava com as armas que acreditava ter em suas mãos. (THOMPSON, 1987)

Essa perspectiva altera profundamente a maneira com que os historiadores analisam a situação da classe trabalhadora, fenômeno este que também ocorre no Brasil e produz como resultado uma nova visita ao conceito de populismo, desta vez de maneira bem crítica.

Dessa maneira, há uma transformação nos estudos da classe trabalhadora, que, em vez de analisar as lideranças, os sindicatos e os partidos, lançam o seu olhar efetivamente aos trabalhadores, inclusive, e principalmente, àqueles que não atuavam dentro dessas organizações. (COSTA, 2001)

Tais estudos contribuem para a derrubada da visão de passividade da classe trabalhadora frente a essas lideranças vistas como populistas, quebrando o conceito de manipulação. (COSTA, 2001)

Dessa forma, se nesse período da chamada democracia populista há a tal satisfação de determinadas demandas da classe trabalhadora, não é por mera vontade do líder de então, mas sim pela pressão ativa e consciente dos trabalhadores. (COSTA, 2001)

Essa nova visão possibilita a novos autores questionar o conceito de populismo como um todo. Gomes (2002) propõe a redefinição dessa perspectiva, abandonando o populismo e substituindo-o por pacto trabalhista.

O trabalhismo deve ser entendido como se constituindo de um conjunto de idéias, valores, símbolos, rituais e vocabulários que passa a se solidificar especificamente a partir da década de 1940. Desde então, começa a circular num circuito que comunica setores de elite com setores populares, ganhando sentidos específicos em cada um desses pólos, em diferentes conjunturas políticas. É evidente que, como ideologia e projeto políticos, o trabalhismo lança raízes na experiência do movimento operário e sindical da Primeira República, no sentido thompsoniano. Ou seja, se a tradição é inventada no pós-1930, não o é de forma fortuita, arbitrária e a partir do nada. Seu poder de significação e mobilização (a “comunidade de sentidos” que logrou estabelecer) veio justamente da releitura que as elites políticas do pós-1930 realizaram do que ocorreu no terreno das lutas dos trabalhadores, antes de 1930. [...] Ademais, pode-se verificar que, como tradição, o trabalhismo será apropriado e reinventado no pós-1945, tanto por setores sindicais e populares, quanto por setores das elites políticas, especialmente as dos partidos trabalhistas, com destaque para as do PTB (GOMES, 2002, p. 67-68).

Para a autora a substituição por trabalhismo ainda era mais necessária, pois devido à conotação pejorativa que o termo populismo adquiriu, este passou a rebaixar a política brasileira, pois sempre era vinculado à “desesperança e ao ceticismo”. (GOMES, 2002, p. 67) Tal opinião foi compartilhada por Aarão Reis (2001), que afirmou que a tradição trabalhista, marcada pelas bandeiras sociais, lutas políticas reformistas e nacionalistas e principalmente pelo crescente aumento da participação das massas populares nos processos decisórios, fora rebatizada como populismo de modo a rebaixá-la e estigmatizá-la, por interesses conservadores que possuíam ojeriza a tais marcas.

No mesmo sentido, Ferreira (2001), relembra inclusive que nos primórdios da utilização do termo populismo, este era elogioso e significava que determinado político tinha sensibilidade social e vínculos com os interesses populares, porém, foi progressivamente sendo desconstruído a fim de atender aos preceitos daqueles que eram seus opositores. Contudo, outros autores embasados na teoria de Thompson buscaram dar nova significação ao termo populismo.

As análises de Thompson para compreender a classe operária inglesa serviriam para “reproblematizar os anos populistas”. (SILVA E COSTA, 2001, p. 224)

Por outro lado, a obra de Thompson sobre paternalismo, cultura plebéia e estilo retórico e ritualístico da justiça na Inglaterra do século XVIII demorou a ser um convite para reproblematicar os “anos populistas”. Certamente, são flagrantes as diferenças entre as peculiaridades da sociedade inglesa dos setecentos e as condições históricas do populismo brasileiro. Porém, alguns princípios gerais da noção de hegemonia utilizada por Thompson permitem perceber como os trabalhadores retiravam da ideologia formal do “modelo paternalista” os recursos necessários às suas demandas e lutas, utilizando-o como algo que pertencia ao seu patrimônio adquirido. Se tal modelo era mais generalizante, a apropriação que dele era feita pelos “de baixo” tinha um caráter seletivo, aproveitando noções de justiça social e resignificando-as conforme suas experiências e expectativas (SILVA e COSTA, 2001, p. 224)

No mesmo sentido avança Fortes (2010), para quem a perspectiva de Thompson possibilita que o conceito de populismo denote uma nova significação que represente “uma ênfase no protagonismo popular, uma perspectiva democrática radical (mas ainda não socialista)”, de modo que possibilite a essa categoria validade, porém, descartando completamente a ideia de “manipulação ou de desvio de uma consciência política ideal”. (2010, p. 190)

Sob tais perspectivas o populismo deixa de ser um “fenômeno de fora para dentro (...) ou uma ideologia que implicaria manipulação externa” e passaria a ser entendido a partir de agora como um “sistema político, ou seja, uma conjugação complexa e sofisticada de interesses e disputas entre atores desiguais”, porém, sempre levando em conta a constante necessidade da “reciprocidade e negociação, na qual as classes populares estiveram presentes de forma decisiva”. (DUARTE e FONTES, 2004, pags 111, 112)

O populismo, portanto, renova-se enquanto conceito e deixa de ser “a expressão do atraso de uma classe dominada” e torna-se a “expressão do momento em que o poder articulatório desta classe se impõe hegemonicamente sobre o resto da sociedade”. (LACLAU, 1979, p. 201)

É partir desse novo viés que se julga correto o enquadramento do caso de Montes Claros, na década de 1980, na categoria de populismo.

REFERÊNCIAS

AARÃO REIS, Daniel. "O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita". In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1986.

COELHO, Roseli. *Social democracia: formas e reformas*. São Paulo: Humanitas, 2001.

COSTA, Hélio da. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953). In: FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da; FONTES, Paulo (Orgs). *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Unicamp, 1999.

CHAUÍ, Marilena. *Filosofia*. Editora Ática, São Paulo, 2000.

DUARTE, Adriano; FONTES, Paulo. O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Moca e São Miguel Paulista, 1947-1953. *Caderno AEL*. Campinas: Unicamp, v. 11, n. 20/21, 2004.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Marcelo Valmor: *Cidade de Porte Médio e Populismo: Montes Claros, um estudo de caso*. Belo Horizonte, 2002.

FORTES, Alexandre. Formação de classe e participação política: E. P. Thompson e o populismo. *Anos 90*. Porto Alegre: UFRGS, v. 17, n. 31, p. 173-195, jul. 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

GOMES, Ângela de Castro. "O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas

sobre a trajetória de um conceito”. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo. *Vária História*, Belo Horizonte, nº 28, dezembro 2002, p. 55-68.

IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista na América Latina 2*. Ed. São Paulo: Ática, 1989.

LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LÊNIN, Vladimir. *Obras escolhidas em três tomos*. Avante, Lisboa, 1979.

OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de. *Nova cidade, velha política: poder local e desenvolvimento regional na área mineira do Nordeste*. Maceió. EDUFAL, 2000.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. *O processo de desenvolvimento de Montes Claros (MG), sob a orientação da SUDENE. (1960-1980)*. (Dissertação). USP. São Paulo, 1996.

SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. “Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes”. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

THOMPSON, Edward P. *A Miséria da Teoria, ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. (3vols.) Trad. Denise Bottmann (vols. I e III); Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida (vol. II). São Paulo, Paz e Terra, 1987.

WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.